



Eixo 4 – Ciência da Informação: diálogos e conexões

Modalidade: trabalho completo

O Profissional da Informação frente a educação patrimonial: possibilidades e desafios

The Information Professional regarding heritage education: Possibilities and challenge

Gabriela de Oliveira Gobbi – Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Resumo: Objetiva abordar as possibilidades e desafios dos profissionais da informação ligado as instituições de Arquivos, Bibliotecas e Museus frente a educação patrimonial. Investiga a produção científica acerca da educação patrimonial nestas instituições e em suas disciplinas bem como na Ciência da Informação. Constitui a fundamentação teórica com base nas noções de patrimônio cultural, educação patrimonial e informação a partir de estudos da Ciência da Informação, Sociologia e Antropologia. A pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos e adota como procedimento a pesquisa bibliográfica. Constatou-se que o tema é explorado de diversas abordagens e de forma iniciante nas áreas em questão.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Arquivologia. Biblioteconomia. Museologia. Ciência da Informação.

Abstract: It aims to address the possibilities and challenges of information professionals linked to Archives, Libraries and Museums institutions in relation to heritage education. Investigates scientific production about heritage education in these institutions and their disciplines as well as in Information Science. It constitutes the theoretical foundation based on the notions of cultural heritage, heritage education and information based on studies in Information Science, Sociology and Anthropology. The research has a qualitative and exploratory approach in terms of objectives and adopts bibliographic research as a procedure. It was found that the topic is explored from different approaches and in a beginner's way in the areas in question.

Keywords: Heritage Education. Archival science. Librarianship. Museology. Information Science.



1 INTRODUÇÃO

Na área da Ciência da Informação (CI) tem ocorrido uma expansão do interesse no patrimônio cultural. Araújo (2018) destaca o surgimento de uma subárea em pesquisas relacionadas à memória, ao patrimônio e ao documento. Em 2009, Souza e Crippa já haviam identificado três linhas de pesquisa promissoras acerca do tema, a relação entre patrimônio e o conceito de documento na CI, os processos documentais e o profissional da informação, e também a mediação e apropriação da informação.

A ampliação da noção e ressignificação do patrimônio cultural, principalmente após a inclusão de sua natureza imaterial, novas práticas, ações e direcionamentos, refletiram diretamente na sua gestão, nos mecanismos de preservação, em suas políticas públicas e ações educativas. Novas perspectivas e paradigmas foram adotados neste campo transversal do conhecimento.

Assim como o patrimônio cultural, a Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e a CI, a educação patrimonial também passou por processos de ressignificação em seu conceito e em suas práticas, ganhando novos direcionamentos. É um campo que possui múltiplas abordagens, que se diversifica nos contextos em que está inserida.

Embora nestas áreas mencionadas já possuam pesquisas no campo do patrimônio cultural, ainda há pouca exploração da área em relação a educação patrimonial. Nesse sentido, nosso questionamento é: como os profissionais da informação contribuem ou podem contribuir para o desenvolvimento da educação patrimonial em seus espaços de atuação? O objetivo principal é elencar as possibilidades e apontar os desafios para o profissional da informação frente as ações de Educação Patrimonial. Os objetivos específicos são: a) abordar aspectos teórico-metodológicos referentes a educação patrimonial com enfoque em suas novas abordagens; b) evidenciar possíveis motivos científicos, sociais e culturais que sustentem estes profissionais nesta frente de atuação.

Dessa forma, buscou-se investigar a produção científica sobre educação patrimonial na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), uma vez que a base tem em seu escopo as áreas de



Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e a própria CI, de modo a identificar o desenvolvimento do tema nas áreas.

Esta pesquisa é classificada sob critério de objetivo geral como exploratória visto que o tema é pouco investigado. Em relação a abordagem do problema, é de cunho qualitativo. Quanto aos procedimentos de pesquisa é realizada a pesquisa bibliográfica. O estudo inicia abordando os conceitos, referências teóricas e metodológicas essenciais para definir a concepção que a pesquisa tem como base. Na sequência é realizada uma revisão de literatura dos materiais recuperados seguida da exploração do tema investigado.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DA TRADICIONAL À CONTEMPORÂNEA

A educação patrimonial começou a ser reconhecida formalmente no Brasil em 1983, mesmo que já houvesse práticas e termos relacionados à educação baseada no patrimônio, como "Educação Museal" e "Educação para o Patrimônio" (Tolentino; Costa, 2020). Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), que foram influentes com o Guia de Educação Patrimonial, a área focava no patrimônio cultural como uma fonte de conhecimento primária, acreditava em um primeiro momento que a experiência e o contato direto com o patrimônio levariam ao conhecimento, apropriação e valorização das heranças culturais.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999, p. 6).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN), Educação Patrimonial “constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação”



De acordo com Scifoni (2022), o ensino nesse contexto consistia em transmitir conhecimentos sobre o patrimônio definido pelo Estado, com a abordagem tradicional partindo do princípio de que era necessário "conhecer para preservar". As políticas eram direcionadas para a difusão, reproduzindo o discurso estatal e uma memória de poder, com o patrimônio sendo selecionado pelas elites, o que excluía a diversidade cultural de grupos marginalizados e negligenciava aspectos do passado conflituoso.

Em 2006, ainda segundo Scifoni, uma nova abordagem para a educação patrimonial começou a ser desenvolvida no IPHAN, principalmente devido à entrada de novos servidores. Essa "nova pedagogia" resultou de discussões em fóruns, seminários e eventos, culminando em três marcos principais: duas publicações — "Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos" (2014), que apresentou novos princípios educativos, e "Educação Patrimonial: inventários participativos" (2016), que introduziu um instrumento institucional — e a Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016, que estabeleceu diretrizes para a educação patrimonial no Brasil, superando a visão tradicional. A portaria define a Educação Patrimonial como:

[...] processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão socio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (Brasil, 2016, seção 1).

Em relação a publicação institucional que traz o inventário participativo como instrumento da Educação Patrimonial, tem sua metodologia baseada nos Inventários Nacionais e utiliza um método etnográfico, compreendendo três etapas: levantamento preliminar, identificação e documentação. O principal objetivo desses inventários é registrar o patrimônio cultural, com a própria sociedade desempenhando um papel ativo nesse processo (IPHAN, 2016). Os inventários participativos, que não são regulamentados por leis federais como o tombamento e o registro, são divididos em duas categorias principais: 1) Lugares, Objetos, Celebrações e Formas de Expressão; e 2) Saberes.

Assim, durante muitos anos, segundo Scifoni (2022), a educação patrimonial foi dominada por um discurso autorizado sobre o patrimônio, reproduzindo narrativas do Estado e tratando as escolhas representativas do passado como hegemônicas. Essa abordagem começou a ser questionada, especialmente com o avanço das políticas



públicas de patrimônio, levando à descolonização da educação patrimonial. As práticas educativas passaram a valorizar o patrimônio cotidiano dos grupos sociais, não apenas os autorizados (Scifoni, 2022).

Florêncio (2014) propõe seis princípios e diretrizes para a educação patrimonial: 1) a participação efetiva das comunidades nas ações educativas; 2) a inserção dos bens culturais nos espaços de vida das pessoas; 3) a educação patrimonial como um processo de mediação; 4) o patrimônio cultural como um campo de conflito; 5) os territórios como espaços educativos; 6) a intersectorialidade das políticas públicas, ligando-se a áreas como turismo, meio ambiente e educação. Scifoni (2022) menciona três princípios fundamentais construídos coletivamente: a autonomia dos sujeitos, a dialogicidade e a participação social.

As perspectivas de Florêncio (2014) e Scifoni (2012; 2022) sobre a Educação Patrimonial se alinham, destacando desafios, objetivos e fundamentos a partir de uma concepção freiriana, libertadora e emancipatória, bem como a abordagem de Tolentino e Castro (2020), que explora a Educação Patrimonial sob uma perspectiva decolonial. Essa visão libertadora busca estabelecer uma nova relação entre a comunidade e seu patrimônio cultural, voltada para a emancipação.

3 BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Nas últimas décadas, Bibliotecas, Arquivos e Museus se transformaram em espaços que oferecem múltiplas possibilidades, não apenas no que diz respeito ao acesso e uso da informação, mas também como locais de convivência e interação voltados à produção de conhecimentos, ao aprendizado, à formação de práticas e processos, e à construção de valores ligados à cidadania, participação social e melhoria da qualidade de vida. Essas instituições, sejam elas públicas, privadas, universitárias ou escolares, começaram a se adaptar às novas demandas e necessidades da sociedade atual.

No contexto do patrimônio cultural, essa relação se intensificou, especialmente após as ressignificações conceituais e as novas práticas, ações e orientações que têm surgido. Essas mudanças levam em conta as maneiras como o patrimônio é visto em



diferentes culturas e como é apropriado por diversas gerações, comunidades e territórios.

Inicialmente a Educação para o Patrimônio utilizava as instituições museológicas para fins pedagógicos, como aporte metodológico, pouco mais tarde foi se expandindo para espaços formais de educação, e para outras instituições como arquivos e bibliotecas. Historicamente, a ideia de patrimônio histórico-cultural era voltada somente para as construções e monumentos, como os bens de “pedra e cal”. Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, incluindo sua natureza imaterial como as formas expressão, os modos de criar, fazer e viver, obras, objetos, documentos, língua etc. refletiram diretamente na gestão do patrimônio, nos mecanismos de preservação e em suas políticas públicas e ações educativas. Novas perspectivas e paradigmas foram adotados neste campo transversal do conhecimento. Passaram, portanto, a serem discutidas também nas Bibliotecas e Arquivos junto com as disciplinas científicas que regem seus funcionamentos. (Gobbi; Grigoletto; Carneiro, 2023)

Nos primórdios de seu surgimento, Bibliotecas, Arquivos e Museus nunca chegaram a ter suas fronteiras bem demarcadas conforme afirma Almeida (2016), bibliotecas e museus reuniam coleções – obras de arte, livros, documentos -, bibliotecas possuíam objetos além de livros e que também compunham os museus, sempre no intuito de preservar o conhecimento produzido pela humanidade.

Dentro dessa mesma perspectiva, Gonçalves (2007) argumenta que a "categoria de pensamento" sobre a ideia de patrimônio não é uma invenção moderna, pois esteve presente tanto no mundo clássico quanto nas "culturas primitivas", para o autor o "colecionamento" faz parte da vida social de qualquer grupo humano e, de certa forma, contribui para o processo de formação de "patrimônios", já que toda coletividade social "colecciona" objetos.

Somente no século XIX, as Bibliotecas, Arquivos e Museus foram sendo institucionalizados, foram desenvolvendo, ao longo dos anos, técnicas e procedimentos com o objetivo de conservar e guardar documentos, organizá-los para sua recuperação e nas últimas décadas de tornar seu conteúdo acessível (Araújo, 2011). As Bibliotecas, Arquivos e Museus, adquiriram espaços delimitados, depois desta institucionalização, arquivos e bibliotecas ganharam espaços dentro dos museus, da mesma maneira que as



bibliotecas passaram a delimitar espaços para coleções museológicas e arquivística e os arquivos a manter bibliotecas e também coleções museológicas (Almeida, 2016).

Tradicionalmente, as instituições de memória são responsáveis por coletar, preservar, organizar e disponibilizar o patrimônio sob sua custódia para a sociedade. Essas instituições compartilham um objeto de estudo que vai além das semelhanças de seus acervos, dinâmicas institucionais e técnicas: a informação, que é o elemento fundamental, a matéria-prima do patrimônio e da memória. Assim, esses espaços culturais materializam a memória de uma comunidade através dos documentos que compõem seus acervos. A informação representa os bens culturais e serve como instrumento de preservação, que as instituições abordadas podem utilizar, difundir e registrar por meio da Educação Patrimonial.

Esses espaços culturais são fundamentais para ações de Educação Patrimonial devido à sua natureza interdisciplinar e transdisciplinar e à variedade de metodologias que utilizam. Costa, Santos e Cutrim (2020) destacam uma série de serviços que podem ser desenvolvidos e potencializados por bibliotecas, arquivos e museus, como visitas guiadas; mediação por bibliotecários, arquivistas ou museólogos; elaboração de guias, cartilhas, manuais e folhetos; publicação de materiais paradidáticos; exposições de fotografias e documentos históricos; realização de eventos como debates, seminários e fóruns que abordem temas locais relacionados ao patrimônio cultural; promover debates entre os visitantes durante visitas e atividades; propor ou apresentar resultados de pesquisas; trazer pesquisadores para discutir temas ligados ao patrimônio cultural; visitas com intervenções teatrais; recitais de poesia; contação de histórias; uso de espaços externos para apresentações artísticas de dança; exposições de peças e obras de arte locais; e exibição de filmes e documentários sobre personalidades locais, entre outros.

Percebe-se que essas ações não se limitam ao patrimônio material que esses espaços salvaguardam, como livros, obras raras, periódicos, mapas, documentos históricos e objetos museológicos, mas também envolvem a valorização das tradições orais e dos conhecimentos e habilidades dos indivíduos da comunidade.

Embora as bibliotecas, arquivos e museus tenham objetos semelhantes, eles possuem especificidades que devem ser respeitadas. No entanto, há pontos em comum, pois a informação está materializada em seus acervos e necessita de organização,



preservação e disseminação. Em consonância com a Educação Patrimonial, essas instituições possuem grande potencial pedagógico, auxiliando os profissionais que atuam nesses espaços de educação informal, seja mediando ou registrando informações sobre o patrimônio cultural.

4 METODOLOGIA

Para a exploração da temática educação patrimonial pesquisamos na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódico em Ciência da Informação (Brapci), utilizando o descritor “Educação Patrimonial”. Deste modo, recuperou-se todos os documentos quando o termo estava presente em qualquer parte, ou seja, no título, palavras-chave, resumo ou no texto completo, com vistas a se obter um resultado mais relevante e preciso para investigar também aquelas publicações que tem relação com a educação patrimonial, mas que esse não é o tema central. A busca englobou todo período de cobertura da base de 1972 a 2024. Foram recuperadas 49 publicações.

Foram identificados dois estudos bibliométricos, de Gobbi, Grigoletto e Carneiro (2024) e de Miguel e Moraes (2023) o primeiro faz uma análise de todas as publicações e todo o período da base e o segundo estudo limita-se a artigo de periódico com recorte cronológico de 2012 a 2024. Foram lidos todos os documentos a fim de verificar a perspectivas e abordagens que a Educação Patrimonial vem sido trabalhadas por profissionais da informação.

Os estudos identificados permitiram constatar: a quantidade de publicações nas áreas em questão; o período mais produtivo e as tendências contemporâneas; as áreas de formação dos autores e o quanto eles produzem; os canais de comunicação científica que divulgam os resultados destas pesquisas; e as áreas que a temática mais se aproxima.

A produção envolvendo Arquivologia é a mais comum, a principal abordagem observada é a utilização de arquivos como recursos educativos nas escolas, visando apoiar o ensino de História. Nesse sentido, busca-se integrar a Arquivologia e a Educação, destacando a Educação Patrimonial como uma ferramenta que possibilita a disseminação dos acervos e contribui para o processo de ensino-aprendizagem. Em segundo lugar, a temática relacionada a bibliotecas, Biblioteconomia e livros, abordando



vários aspectos: conservação de acervos; bibliotecas como parte do patrimônio cultural da cidade; e o papel dos bibliotecários como mediadores culturais. Quanto à Museologia, os estudos se concentram na instituição museológica, especialmente por propostas inovadoras que envolvem o uso de tecnologias no processo educativo para toda a sociedade. Vale mencionar que a Museologia utiliza outros termos para práticas educativas em museus, como "educação museal," que, ao contrário da Educação Patrimonial, com uma abordagem mais ampla que se preocupa com a valorização do patrimônio em diversos contextos, foca na transmissão de informação e no incentivo ao pensamento crítico através dos recursos museográficos.

Foram também identificados estudos sob a ótica da informação, da memória e turismo. Constatou-se, portanto que as principais abordagens, que aqui vale mencionar, são: a utilização de arquivo como fonte educativa junto a disciplina de História; com enfoque na conservação de acervos; na instituição como parte do patrimônio cultural da cidade; no uso de tecnologias e jogos educacionais, entre outras.

A partir deste caminho metodológico foi possível elencar uma série de possibilidades e desafios em consonância com as novas abordagens de educação patrimonial para o desenvolvimento das atividades dos profissionais da informação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Educação Patrimonial é uma área interdisciplinar que se conecta com os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Cada uma dessas disciplinas oferece uma perspectiva única e um conjunto de habilidades que importantes para a educação patrimonial.

Os profissionais do arquivo ligados a gestão, preservação e organização de documentos e registros que possuem valor histórico e cultural. No contexto da educação patrimonial, são responsáveis por selecionar e conservar materiais que servem como testemunhos da história e das tradições de uma comunidade, garantindo que os documentos estejam acessíveis para pesquisadores, educadores e o público em geral. Além disso, arquivistas podem colaborar na criação de exposições documentais e na digitalização de acervos, facilitando o acesso a essas fontes de informação e promovendo a conscientização sobre a importância da preservação documental.



Os profissionais da Biblioteca estão ligados a educação patrimonial ao fornecer acesso a uma vasta gama de recursos informacionais, incluindo livros, periódicos, bases de dados e outros materiais relacionados ao patrimônio cultural. As bibliotecas podem atuar como centros de difusão cultural, organizando programas de leitura, palestras, exposições e eventos que destacam aspectos importantes da história e cultura local. Além disso, bibliotecários podem desenvolver coleções especializadas no tema de patrimônio cultural e histórico, auxiliando na pesquisa e na disseminação do conhecimento sobre esses tópicos.

Quanto aos profissionais museólogos, responsáveis por curadoria, conservação e comunicação de objetos e artefatos de valor cultural, se relacionam com a educação patrimonial ao interpretar e apresentar o patrimônio cultural para comunidade. Esses profissionais desenvolvem exposições que contextualizam artefatos históricos e culturais, são responsáveis pela conservação preventiva de coleções, garantindo que os objetos sejam preservados.

A colaboração entre arquivistas, bibliotecários e museólogos e a intersecção dessas áreas permite uma abordagem holística na preservação e educação do patrimônio, especialmente com o conhecimento técnico, e com a gestão de informações. A gestão integrada e a cooperação entre estas instituições, sejam em nível municipal ou regional, são estratégia que traz uma série de benefícios para estes órgãos, para a comunidade, e para os profissionais. É possível um diálogo entre estas instituições, inclusive com as de mesma natureza de memória e cultura, como as Casas de Cultura, Centros de Documentação, a fim de desenvolver projetos voltados para a educação patrimonial.

Com a nova abordagem de Educação Patrimonial adotada pelos órgãos governamentais, reconhece-se que as pessoas são protagonistas de sua própria história e participantes ativos. Dessa forma, a Educação Patrimonial deve considerá-las não apenas como receptoras de informações, mas como construtoras de suas próprias manifestações culturais. Esse método é o mecanismo capaz de mediar e aproximar a população de seu patrimônio de maneira crítica e ativa. Nesse contexto, o processo de construção do patrimônio cultural precisa ser democrático e respeitar o conhecimento empírico. A comunidade deve se reconhecer como parte do patrimônio, e esse processo começa com a identificação dos bens, pois é a própria comunidade que, através de ações



educativas e culturais e do diálogo, deve definir suas referências culturais. É importante que um bem tenha importância coletiva e conecte as pessoas. Espera-se que o poder público, através de suas instituições, ofereça à comunidade oportunidades para refletir sobre seu patrimônio por meio de discussões. A Educação Patrimonial, juntamente com a ferramenta dos inventários participativos, visa ajudar a comunidade a se autoconhecer por meio de suas manifestações culturais.

Considerando que o patrimônio é atualmente um "campo de batalha" em relação ao que deve ou não ser preservado, é fundamental garantir o direito de participação da sociedade nesse processo de identificação, uma vez que ela será protagonista nele. Não cabe mais apenas ao Estado e seus agentes determinar para a comunidade o que é patrimônio e como ele deve ser preservado; o trabalho deve ser de construção coletiva, com uma troca mútua de conhecimentos, visando garantir a pluralidade e compreender que existem diversas interpretações do que é patrimônio cultural. Assim, entende-se que esse é um campo de conflito, pois o que é considerado patrimônio varia de acordo com as diferentes formações culturais de cada comunidade. Além disso, reconhece-se que as manifestações culturais estão em constante mudança, sendo necessário acompanhá-los nessas transformações.

Alguns estudos relacionados ao patrimônio cultural na CI de acordo com Gobbi (2023) que mapeou as pesquisas de patrimônio cultural na área, utilizam metodologias que se aproximam da educação patrimonial ao registrar o patrimônio cultural com aporte nas diretrizes e técnicas da história oral e na etnografia, as quais utilizam entrevistas semiestruturadas para identificação dos bens culturais junto às comunidades. Estas pesquisas além das discussões teóricas desenvolvem métodos e técnicas de registro e mediação da informação que podem servir para os profissionais ligados a área.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar a Educação Patrimonial é essencial em várias áreas do conhecimento, pois ela abrange aspectos educacionais, culturais, sociais e econômicos. Isso inclui a preservação da identidade cultural, a conscientização histórica, o respeito à diversidade e a promoção do turismo, entre outros. Como vimos no campo da Arquivologia,



Biblioteconomia e Museologia e Ciência da Informação, a Educação Patrimonial pode se relacionar especialmente com a gestão, preservação, disseminação, registro e mediação da informação sobre o patrimônio cultural.

A Educação patrimonial aliada a estes campos do conhecimento ainda pode vir a ser uma ferramenta potencial para a gestão de políticas públicas culturais, uma vez que para uma gestão eficaz é preciso informações, pois elas fornecem uma base sólida para a tomada de decisões, monitoramento, avaliação e o envolvimento da comunidade.

Espera-se que este estudo contribua para as discussões sobre Educação Patrimonial, que tenha apontado possibilidades e que contribua na disseminação do tema e incentive os profissionais da informação a pensar e desenvolver projetos na área bem como a comunidade acadêmica a realizar novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. B. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71281>>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. Florianópolis, **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. São Paulo: KMA, 2018.
- COSTA, Maurício José Morais; SANTOS, Donny Wallesson dos; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Educação patrimonial em bibliotecas, arquivos e museus: ações voltadas para a preservação e valorização do patrimônio cultural de São Luís-MA. **ConCi: Conv. Ciênc. Inform.**, v. 2, n. 3, p. 84-103, set./dez. 2019. DOI:10.33467/coemci13672
- FLORÊNCIO, Sonia R. R. et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan, 2014.
- GOBBI, G. O.; GRIGOLETO, Maira C.; CARNEIRO, F. F. B. Considerações acerca da Educação Patrimonial em publicações indexadas na BRAPCI. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2024.
- GOBBI, Gabriela de Oliveira. **Informação, Memória e Patrimônio Cultural na comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá (ES)**. 2023. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2023.



GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: [s. n.], 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3753385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf Acesso em: 21 abr. 2024.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999. 69 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**: inventários participativos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF: Iphan, 2016a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

MIGUEL, M. C.; MORAES, M. F. Educação patrimonial em artigos publicados por periódicos: informação bibliométrica e outras descobertas com a brapci. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 28, n. 1, 2023.

SCIFONI, S. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Á. B. (org.) **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p.30-37.

SCIFONI, S. Patrimônio e Educação no Brasil: o que há de novo? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43, e255310, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.255310>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SOUZA, W. E. R. de; CRIPPA, G. O campo da Ciência da Informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 1-23, 2010. DOI: 10.5007/1518-2924.2010v15n29p1.

TOLENTINO, Á. B.; CASTRO, F. S. R. Encruzilhadas entre a educação patrimonial e museal: histórico, interface e conexões. In: MAGALHÃES, F.; COSTA, L.F.C.; HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, F.; CURCINO, A. C. (coord.). **Museologia e Patrimônio**. v. 3. Portugal: Instituto Politécnico de Leira, 2020. p. 228-264.